26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

MATRIZES MUSEOLÓGICAS DO SPHAN: ANTÔNIO JOAQUIM E O MUSEU DO OURO DE SABARÁ

MUSEOLOGICAL MATRICES OF SPHAN: *ANTÔNIO JOAQUIM AND SABARÁ'S MUSEUM OF GOLD*

Jezulino Lúcio Mendes Braga – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Ivan Coelho de Sá – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de pós-doutorado que investiga a constituição da matriz do pensamento museológico do Sphan a partir da atuação de Antônio Joaquim de Almeida no Museu do Ouro, entre 1945 e 1979. O estudo analisa os processos de formação de coleções, elaboração expográfica e produção de narrativas patrimoniais vinculadas às políticas culturais do Estado Novo, compreendendo os museus como espaços de usos políticos do passado e de institucionalização de uma memória nacional. Busca-se compreender como a seleção de objetos, a organização dos acervos e as estratégias de representação da sociedade mineradora participaram da construção de determinadas interpretações sobre a identidade brasileira. A pesquisa adota abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica e pesquisa documental realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no Arquivo Central Noronha Santos e na documentação institucional do Museu do Ouro, incluindo correspondências, inventários, livros de visita e relatórios administrativos. Os resultados parciais indicam que Antônio Joaquim atuou como intelectual do patrimônio, inserido em redes culturais e museológicas nacionais e internacionais, colaborando para a consolidação de práticas de colecionismo, preservação e exposição que influenciaram a cultura museológica brasileira ao longo do século XX. Conclui-se que a análise histórica desses processos contribui para problematizar permanências institucionais e narrativas ainda presentes nos museus contemporâneos.
Palavras-chave: SPHAN; Minas Gerais museology; collection formation; history; Antônio Joaquim de Almeida.

Abstract: This paper presents partial results of a postdoctoral research project that investigates the constitution of the museological thought matrix of SPHAN through the work of Antônio Joaquim de Almeida at the Museum of Gold between 1945 and 1979. The study analyzes processes of collection formation, exhibition design, and the production of heritage narratives linked to the cultural policies of the Estado Novo, understanding museums as spaces for political uses of the past and for the institutionalization of a national memory. The research seeks to understand how object selection, collection organization, and representational strategies concerning mining society contributed to the construction of specific interpretations of Brazilian identity. The investigation adopts a qualitative approach, combining bibliographic review and documentary research carried out at the National Library Digital Newspaper Archive, the Noronha Santos Central Archive, and the institutional documentation of the Museum of Gold, including correspondence, inventories, visitors' books, and administrative reports. Partial findings indicate that Antônio Joaquim acted as a heritage intellectual, inserted in national and international cultural and museological networks, contributing to the consolidation of collecting, preservation, and exhibition practices that influenced Brazilian museum culture throughout the twentieth century. The study concludes that the historical analysis of these processes contributes to questioning institutional continuities and narratives still present in contemporary museums.
Keywords: SPHAN; Minas Gerais museology; collection formation; history; Antônio Joaquim de Almeida.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta discussões iniciais de uma pesquisa de pós-doutorado que investiga a constituição da matriz do pensamento museológico do Sphan[1] (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a partir da atuação de Antônio Joaquim de Almeida no Museu do Ouro[2], entre 1945 e 1979. O estudo parte da compreensão de que os museus criados pelo Sphan durante o Estado Novo integraram um amplo projeto político e cultural voltado à construção de narrativas sobre a identidade nacional, articulando patrimônio, memória e usos do passado. Inseridos no processo de consolidação do Estado nacional, esses museus foram concebidos não apenas como espaços de guarda de objetos históricos, mas como instrumentos pedagógicos e simbólicos destinados à produção de determinadas interpretações sobre a formação histórica do Brasil[3].

[1] O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, passou posteriormente pelas denominações DPHAN, Pró-Memória e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sigla utilizada atualmente.

[2] O Museu do Ouro está localizado na cidade de Sabará, Minas Gerais, na antiga sede da Intendência e Casa de Fundição, edifício do século XVIII relacionado à administração e ao controle da atividade aurífera na região.

[3] Por matriz museológica compreende-se um conjunto historicamente constituído de concepções e práticas relativas à seleção, preservação, classificação e exposição dos objetos, articulado a determinadas formas de compreender o patrimônio, a história e a função social dos museus.

Nesse contexto, a criação dos museus regionais em Minas Gerais esteve associada à valorização da sociedade mineradora setecentista como referência central da experiência histórica brasileira. A constituição dos acervos, a escolha dos edifícios históricos e a organização das exposições respondiam a um projeto intelectual formulado por arquitetos, historiadores e agentes culturais ligados ao SPHAN, que buscavam materializar uma memória nacional por meio da cultura material colonial (Chuva, 2012).

O Museu do Ouro consolidou-se, assim, como espaço estratégico de encenação dessa narrativa patrimonial, articulando arquitetura, coleção e expografia na produção de representações sobre o passado minerador mineiro (Braga, 2020). Parte-se da hipótese de que a cultura museológica associada ao SPHAN não se encerrou com o fim do Estado Novo, mas constituiu uma matriz de concepções e práticas que permaneceu operante e foi reelaborada nas décadas seguintes. A atuação de Antônio Joaquim de Almeida à frente do Museu do Ouro, entre 1945 e 1979, permite observar essas permanências e transformações.

Sua trajetória permite compreendê-lo como um intelectual do patrimônio, nos termos propostos por Sérgio Miceli (2001), inserido em redes institucionais e intelectuais vinculadas ao Estado brasileiro. Sua atuação na formação de coleções, na definição de critérios de autenticidade e na produção de narrativas históricas, assim como sua participação em redes museológicas nacionais e internacionais, permite investigar a continuidade e a reelaboração dessa matriz museológica ao longo da segunda metade do século XX.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica e pesquisa documental realizada na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, no Arquivo Central Noronha Santos e na documentação institucional do Museu do Ouro, incluindo correspondências, inventários, livros de visita e relatórios administrativos.

Os resultados parciais indicam que a formação dessas coleções esteve associada a redes intelectuais, disputas simbólicas e estratégias de legitimação cultural que contribuíram para institucionalizar determinadas interpretações sobre o patrimônio e a identidade nacional brasileira.

2 A SOCIEDADE MINERADORA COMO PROJETO EXPOGRÁFICO

A criação dos museus regionais em Minas Gerais respondia à necessidade de conferir visibilidade e legitimidade a uma narrativa histórica que atribuía à experiência mineradora do século XVIII um papel fundador na constituição da civilização brasileira. A seleção dos acervos,

a escolha dos edifícios históricos e a organização das exposições estavam diretamente vinculadas a esse projeto intelectual e político, formulado por arquitetos, historiadores, artistas e agentes culturais ligados ao Estado Novo. Os museus assumiram, assim, uma função de encenação do passado nacional, transformando determinados objetos e práticas culturais em símbolos representativos da identidade brasileira.

> Menos ambiciosos que os grandes, museus nacionais das duas maiores metrópoles do país, Rio de Janeiro e São Paulo, os chamados museus regionais não apenas conformaram a tradução museológica do pensamento patrimonial forjado pelo Sphan, como operaram pode-se dizer, uma virada silenciosa na cultura museológica do país que, no entanto, é pouco reconhecida pela literatura especializada (Julião, 2009, p. 43).

No que se refere à prática colecionista, "[...] a intenção científica latente e o bom gosto na apresentação, que correspondiam ao espírito de uma geração cultivada (Costa, 2002, p. 82-83)". A iniciativa do Sphan reuniu homens de ciência e especialistas que formularam uma nova forma de mobilizar o passado.

Mais do que preservar objetos ou monumentalizar vestígios históricos, essas instituições produziram novas relações entre tempo e espaço, deslocando coleções e narrativas anteriormente valorizadas e instituindo outros modos de selecionar, classificar e expor objetos históricos.

A constituição dessas coleções ultrapassa a reunião e a preservação de objetos representativos do passado. Ao ser incorporado ao museu, o objeto assume a condição de documento e participa de processos de produção e comunicação da informação (Lara Filho, 2009). Nessa perspectiva, a seleção e a organização dos acervos do SPHAN atribuíam valor a determinados vestígios e participavam da construção das narrativas sobre a sociedade mineradora.

A constituição do acervo do Museu do Ouro buscou materializar a ideia de civilização por meio de objetos considerados exemplares da cultura mineradora setecentista. Conforme analisado por Letícia Julião (2009), os objetos reunidos no museu organizavam-se em três grandes conjuntos: representações dos processos de mineração do século XVIII; coleções de barras de ouro, joias e peças de ourivesaria; e objetos classificados como arte popular provenientes das regiões auríferas de Minas Gerais.

Tal organização revelava o esforço dos intelectuais ligados ao SPHAN em construir uma narrativa sobre Minas Gerais como núcleo formador da nacionalidade brasileira, associando

o barroco e a cultura material da mineração à ideia de autenticidade histórica e universalidade cultural.

O Museu do Ouro consolidou-se como espaço de encenação dessa narrativa patrimonial, na produção de uma memória oficial sobre o passado colonial mineiro. A valorização da casa mineira e do barroco, presente nos discursos de Lúcio Costa e de outros intelectuais do período, contribuiu para transformar Minas Gerais em símbolo da tradição cultural brasileira, atribuindo ao museu papel central na legitimação dessa representação histórica (Chuva, 2012).

A narrativa expográfica elaborada para o Museu do Ouro na década de 40, buscava produzir no visitante a sensação de aproximação com o passado colonial mineiro. Tal operação museológica constrói uma visualidade marcada pela ideia de autenticidade histórica, transformando o espaço expositivo em uma experiência de imersão sensível na sociedade mineradora.

Essa concepção aproximava-se de modelos tradicionais de museus históricos formulados ao longo do século XX, nos quais a exposição atua como espaço de evocação e estabilização da memória. Como observam Ramos e Magalhães (2008), as reproduções de ambientes e as estratégias de ambientação frequentemente retomam concepções historiográficas do século XIX, orientadas pela tentativa de apresentar o passado “tal como aconteceu”, produzindo a ideia de uma história transparente e diretamente acessível por meio dos objetos.

Mais do que simples dispositivos neutros de apresentação, as expografias participam ativamente da produção de sentidos sobre o passado. Ao organizar os objetos em cenas e ambiências coerentes, o museu tende a cristalizar determinadas interpretações históricas, frequentemente esvaziando conflitos, desigualdades e tensões que atravessaram aquela sociedade. A história aparece, assim, como uma espécie de quadro fixo, organizado em torno de continuidades e permanências, no qual o visitante é convidado muito mais à contemplação do que ao exercício crítico da historicização (Williams, 2001).

Isso não implica negar a potência estética e educativa das soluções cenográficas. O encantamento produzido pela visualidade, pela materialidade dos objetos e pela experiência espacial constitui elemento importante da relação entre públicos e museus.

Contudo, os debates contemporâneos sobre cultura material e usos do passado apontam para a necessidade de compreender os objetos não apenas como testemunhos fixos

de uma época, mas como mediadores de experiências históricas complexas e abertas à problematização.

Nesse sentido, o desafio contemporâneo dos museus históricos consiste menos em reconstruir cenários cristalizados do passado e mais em produzir exposições capazes de tensionar memórias, evidenciar disputas e estimular leituras críticas sobre os processos históricos representados (Menezes, 2016).

3 ANTÔNIO JOAQUIM DE ALMEIDA

A trajetória de Antônio Joaquim de Almeida permite compreendê-lo como um intelectual nos termos propostos por Miceli (2001), isto é, como um agente cultural cuja atuação estava profundamente vinculada às estruturas de poder e às redes institucionais do Estado brasileiro. Mais do que um especialista isolado ou um simples administrador de museu, Antônio Joaquim integrava uma geração de intelectuais recrutados para atuar nos projetos culturais e patrimoniais formulados durante o Estado Novo.

Sua inserção em círculos modernistas, sua formação cultural ligada às elites intelectuais paulistas e sua atuação junto a Rodrigo Melo Franco de Andrade evidenciam formas de cooptação e circulação típicas das elites culturais (Miceli, 2001). Nesse sentido, sua atuação em Minas Gerais pode ser compreendida como a de um agente do patrimônio responsável não apenas pela preservação de edifícios e objetos, mas pela produção de determinadas interpretações sobre o passado colonial brasileiro.

Ao participar da criação do Museu do Ouro, da formação de coleções e da definição de critérios de autenticidade para os acervos, Antônio Joaquim colaborou para a institucionalização de uma narrativa histórica que atribuía centralidade à experiência mineradora e ao barroco mineiro na construção da identidade nacional. Sua prática evidencia como os intelectuais vinculados ao SPHAN operavam simultaneamente como mediadores culturais, formuladores de políticas patrimoniais e agentes de legitimação simbólica do projeto nacional conduzido pelo Estado (Santos, 1996).

Na documentação consultada até agora, especialmente no livro de visitas mantido pelo diretor, observa-se que o Museu do Ouro tornou-se, durante sua gestão, espaço de sociabilidade intelectual e parada obrigatória para personalidades brasileiras e estrangeiras vinculadas à cultura, às artes e ao patrimônio. O museu consolidava-se, assim, não apenas como espaço de exposição, mas também como território de circulação de ideias e produção

de prestígio cultural. Ao mesmo tempo, Antônio Joaquim buscava afirmar-se como estudioso da arte, da cultura material e das práticas museológicas, acompanhando debates especializados e participando de eventos nacionais e internacionais ligados ao campo dos museus.

Sua atuação demonstra um esforço contínuo de profissionalização no interior de uma museologia ainda em consolidação no Brasil. Na documentação analisada aparecem registros de sua participação em encontros promovidos pelo Conselho Internacional de Museus e no I Congresso Nacional de Museus, realizado em Ouro Preto, espaços fundamentais para circulação de experiências e formulação de diretrizes museológicas no país.

Tal inserção revela que sua prática ultrapassava o interesse antiquário ou a simples administração institucional, aproximando-se da constituição de um profissional de museus atento às discussões sobre preservação, expografia e gestão de acervos. Nesse sentido, Antônio Joaquim ocupava posição relevante na formação de uma cultura museológica brasileira articulada entre patrimônio, intelectualidade e ação estatal.

A consulta à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional permitiu localizar uma nota publicada pelo *Diário de Pernambuco* em 27 de novembro de 1954[4], documento que contribui significativamente para compreender a atuação de Antônio Joaquim de Almeida como intelectual do patrimônio e agente articulador de redes culturais e museológicas.

A matéria registra seu retorno de uma viagem de estudos à Europa, durante a qual visitou museus em Portugal e na Espanha, evidenciando um esforço de atualização profissional e circulação internacional de referências museológicas em um momento de consolidação do campo dos museus no Brasil. Ao comentar a necessidade de criação de museus de arte popular nas principais cidades brasileiras, revela uma concepção ampliada de patrimônio, preocupada não apenas com monumentos históricos, mas também com práticas artesanais e manifestações culturais populares ameaçadas de desaparecimento.

Sua fala demonstra sensibilidade para a preservação da cultura material produzida fora dos circuitos eruditos, atribuindo aos museus a função de salvaguardar objetos capazes de testemunhar a criatividade e a experiência social brasileira. A nota evidencia ainda como modelos museológicos europeus eram mobilizados como referências de legitimação para

[4] **Museu do Ouro.** Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/029033_13/24539?pesq=%22Museu%20do%20Ouro%22. Acesso em: 25 maio 2026.

projetos culturais nacionais, revelando Antônio Joaquim como um intelectual atento aos debates internacionais sobre patrimônio e museologia, ao mesmo tempo em que atuava na formulação de políticas culturais voltadas à construção de uma memória nacional institucionalizada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atuação de Antônio Joaquim de Almeida no Museu do Ouro permitirá compreender como os museus vinculados ao Sphan participaram da formulação de uma cultura museológica articulada às políticas patrimoniais do Estado Novo. Na documentação consultada, podemos perceber que Antônio Joaquim estava inserido em redes culturais e institucionais responsáveis pela consolidação de práticas de colecionismo, preservação e exposição que marcaram profundamente a museologia brasileira ao longo do século XX.

A discussão bibliográfica inicial evidencia que os processos de formação de coleções e institucionalização dos acervos estiveram atravessados por escolhas políticas e critérios de autenticidade vinculados aos projetos culturais do período. A hipótese principal da investigação em curso é a de que muitas das concepções formuladas naquele contexto permanecem influenciando práticas museológicas contemporâneas, especialmente no que se refere às formas de representação histórica e aos usos do patrimônio nos museus. Assim, compreender historicamente a constituição dessas coleções contribui para problematizar permanências institucionais e estimular reflexões críticas sobre os modos de colecionar, expor e narrar o passado nos museus brasileiros atuais.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. Objetos nos museus e ensino de história. **Sæculum** – Revista de História, [*s. l.*], v. 25, n. 42, p. 121-137, jan./jun. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2020v25n42.51996. Acesso em: 25 maio. 2026.

CHUVA, Márcia. O modernismo nas restaurações do SPHAN: modernidade, universalidade, brasilidade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 55, p. 89-107, mar./set. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i55p89-107. Acesso em: 21 maio 2026.

COSTA, Lygia Martins. **De museologia, arte e políticas de patrimônio**. Pesquisa de Clara Emília Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002. (Edições do Patrimônio).

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. *In*: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Caderno de diretrizes museológicas**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Cultura; IPHAN; Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Museus, 2006. p. 19-31. Disponível em: https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/items/a27e2272-90f5-431a-8441-49ff6cf89696. Acesso em: 23 out. 2026.

LARA FILHO, Durval de. Museu, objeto e informação. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 163–169, maio/ago. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/yTzcxHRfM8BZvG9jdmPL8Qc/?lang=pt. Acesso em: 8 set. 2026.

MENEZES, Isabella Carvalho de. **Os guardiões**: jogo e teias de construção imaginativa no Museu do Ouro. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Orientadora: Lana Mara de Castro Siman. Disponível em: https://pos.uemg.br/ppgeduc-producao/dissertacoes-ppgeduc/category/117-2016. Acesso em: 23 mar. 2020.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMOS, Francisco Régis Lopes; MAGALHÃES, Aline Montenegro. De objetos a palavras: reflexões sobre curadoria de exposições em museus de história. *In*: BITTENCOURT, José Neves (*org*.). **Caderno de diretrizes museológicas 2**: mediação em museus: curadorias, exposições e ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008. p. 48–89. Disponível em: https://museudoouro.acervos.museus.gov.br/acervo-bibliografico/caderno-de-diretrizes-museologicas-2-mediacao-em-museus-curadorias-exposicoes-e-acao-educativa/. Acesso em: 23 out. 2026.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio**, Brasília, DF, n. 24, p. 77-95, 1996. Disponível em: https://www.academia.edu/38994119/REVISTA_DO_PATRIM%C3%94NIO_HIST%C3%93RICO_E_ART%C3%8DSTICO_NACIONAL. Acesso em: 23 out. 2026.

WILLIAMS, Daryle. **Culture wars in Brazil: the First Vargas Regime, 1930-1945**. Durham; London: Duke University Press, 2001.